

A PRESENÇA ITALIANA EM MINAS GERAIS A PARTIR DO SÉCULO XIX¹

Lucas Brandão Pereira Rosa²
Sandra Nicoli³
Sueli Siqueira⁴
Mauro Augusto dos Santos⁵

RESUMO

O Brasil sempre foi palco de significativos fluxos imigratórios, evidenciado, a partir do século XIX, no qual recebeu um número vertiginoso de imigrantes europeus, que lutavam contra a crise e a miséria em seu continente. O presente estudo baseia-se especificamente na imigração italiana no Brasil, dando ênfase, a província de Minas Gerais. A metodologia usada nesse artigo foi uma revisão bibliográfica entre as principais bases literárias sobre a temática. Entretanto, observa-se a relevância dos italianos no Brasil, em especial, no estado mineiro, propiciando ascensão econômica e modificações na sociedade a partir das práticas culturais.

Palavras-Chave: Século XIX; imigração italiana; Minas Gerais;

Área Temática: Demografia

¹ Artigo vinculado ao projeto de pesquisa Itália: I/Emigração – A chegada dos nonos e a emigração de seus descendentes, com apoio do órgão FAPEMIG.

² Graduando em Psicologia pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE; Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

³ Mestranda do Programa de Pós Graduação *Scrito Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE.

⁴ Doutora em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Professora do programa de Pós Graduação *Scrito Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE.

⁵ Doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor do programa de Pós Graduação *Scrito Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE.

INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios internacionais constituem um fenômeno dinâmico e sociocultural. O contexto migratório internacional propicia transformações ao indivíduo migrante, bem como, ao ambiente em que foi inserido. As migrações internacionais abrangem discussões e lutas nacionalistas, disparidades econômicas e culturais, fechamento de fronteiras, correntes xenófobas, mobilidade social, redemocratização e ressignificação sociocultural (BAENINGER e ANTICO, 1996).

Marandola *et al* (2010) descreve sobre a experiência da migração. Para o autor, migrar é sair do seu lugar, envolvendo processos de redefinições das territorialidades, que não são necessariamente sucessivos nem ordenados. Portanto, implica sair dos territórios de segurança e lançar-se no mundo, em lugares de pouca ou nenhuma familiaridade. Assim, o destino representa uma nova realidade para o migrante em termos tanto culturais quanto espaciais.

Sayad (1998) ressalta a importância do imigrante enquanto força de trabalho. Entretanto, segundo o autor, imigrante trabalhador ora é visto como imigrante, ora como trabalhador, construindo assim, um pleonasma, pois mesmo como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, podendo ser descartado a qualquer instante. O trabalho é que proporciona a existência para o imigrante, dando condições de atribuir o que se espera do imigrante: que ele seja mão-de-obra para o mercado de trabalho.

A imigração, como objeto social, revela um discurso da problemática enquanto fenômeno social. A relação entre o imigrante, o trabalho ou o desemprego, a moradia, a formação de imigrantes ou descendentes na escola, o direito de voto, a integração do imigrante no país de destino e a volta para o país de origem, configuram o ponto chave da problemática da imigração, a relação imigrante e trabalho (SAYAD, 1998).

Ainda, segundo Sayad, o imigrante só opta em abandonar e abdicar do seu universo familiar - que é construído através dos universos social, econômico, político e cultural ou moral - em decorrência da condição de convencer-se de que isso será um processo provisório, no qual se espera a melhora de sua condição de vida e de sua família.

Klein (2000) enfatizou que a condição econômica configura o fator de expulsão mais relevante no processo de migração. É válido ressaltar que existem fatores que levam a expulsão do migrante de seu local de origem, nos quais são divididos em três aspectos: (1) acesso à terra, e portanto, ao alimento; (2) variação da produtividade da terra; (3) número de membros da família que precisam ser mantidos.

Partindo-se do que foi exposto acima, pode-se analisar o intenso fluxo emigratório de europeus ocorrido a partir da segunda metade do século XIX, tendo como destino principal os Estados Unidos e alguns países da América do Sul, entre eles o Brasil. Verifica-se que a quase totalidade desses europeus procuravam novas formas de trabalho e de sobrevivência. Devem ainda ser ressaltados alguns atributos que solidificaram este fluxo na Europa, entre eles, enfatiza-se o desequilíbrio entre às oportunidades de trabalho oferecidas, considerando-se o crescimento populacional significativo. Neste sentido, a escassez de mão de obra e o território abundante das Américas levaram cerca de 40 milhões de europeus a aventurarem-se em um novo horizonte que perpassava o oceano Atlântico (BIASUTTI, LOSS e LOSS, 2003).

O fluxo emigratório europeu em massa na segunda metade do século XIX ocorreu em vários países, inclusive, a Itália. Inicialmente, a população do Velho Continente buscava residir na América do Norte, em especial, nos Estados Unidos. Porém, a exigência e o rigor quanto às leis dos imigrantes dificultou a entrada e a morada neste país. Logo, o fluxo deslocou-se para a América Latina, território com maior facilidade de acolhimento para os

européus. Os políticos italianos avaliavam a América Latina como um lugar especial de progresso socioeconômico. A partir dessa mudança, o Brasil começou a ser um receptor de imigrantes europeus e, posteriormente, de asiáticos. Estes imigrantes contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico do país (SEITENFUS, 1990).

Entre as diversas correntes imigratórias dirigidas ao Brasil, a italiana foi a que recebeu maior atenção dos pesquisadores, o que fomentou estudos diversificados na área. O presente estudo visa salientar sistematicamente a importância da imigração italiana no Brasil, em especial, no estado de Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XIX.

A metodologia adotada pelo presente estudo refere-se à revisão bibliográfica pautada nas principais fontes de pesquisas sobre a imigração italiana no Brasil. O artigo tem como objetivos: (1) relatar o contexto socioeconômico e político da Itália no período do primeiro fluxo imigratório para o Brasil, destacando os fatores de expulsão desses imigrantes e, os fatores de atração no Brasil; (2) descrever a trajetória dos imigrantes no estado mineiro. Todavia, espera-se que este estudo possibilite condições claras de entendimento da importância da imigração italiana em Minas Gerais a partir dos principais apontamentos teóricos nesta área.

Este artigo foi dividido em três seções. Primeiramente, é analisada a imigração europeia do século XIX e XX. A segunda seção tem, como foco, a imigração italiana no Brasil. E por fim, a terceira seção trata da imigração italiana no Estado de Minas Gerais.

A IMIGRAÇÃO EUROPEIA NOS SÉCULOS XIX E XX

A história da imigração no Brasil começou com os portugueses no contexto da colonização. O movimento de imigração no Brasil foi diversificando. Outrora, apenas portugueses imigravam. Já nas primeiras décadas do século XIX, o Brasil recebia imigrantes de várias partes da Europa, principalmente Alemanha e Itália. A cultura do café foi responsável pela chegada de um grande fluxo de europeus. Sendo assim, pode-se considerar que, desde o seu descobrimento, muitos imigrantes de diferentes nacionalidades chegaram ao solo brasileiro para a exploração de terras e minerais valiosos (BASSANEZI, 1996).

Dadalto (2009) enfatiza que no século XIX ocorreram novas mudanças, surgiram novos paradigmas, novas formas de organização do trabalho e da vida social. Destaca-se que, primeiramente, desenvolveram-se no Velho Continente e, em seguida, disseminaram-se para outros continentes. Como consequência, ocorreram implicações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Em meados do século XIX, o continente europeu foi palco de significativos processos emigratórios devido às vicissitudes econômicas, demográficas e sociais. As modificações provocadas pelo processo de modernização da agricultura propiciaram condições favoráveis para o deslocamento da população para outro continente. A redução progressiva da mortalidade e alta fecundidade provocou um impacto na população europeia, que imediatamente visualizou a possibilidade de exploração das terras do Novo Mundo. Esse contexto, de dificuldade de adequação às novas contingências sociais, em especial, a pressão pela posse da terra, reforçou a ideia da emigração a longa distância como possível solução. A emigração representava para esse contingente populacional a possibilidade de fugir das limitações do mercado europeu e dos agentes estressores das transformações do século XIX (BOTELHO, BRAGA e ANDRADE, 2007).

A Europa durante séculos era marcada pela manutenção de baixas taxas de crescimento demográfico, porém, na segunda década do século XIX até a segunda década do século XX verificou-se o crescimento exacerbado da população. Estatisticamente, a ascensão

foi alarmante, sendo que os 180 milhões de habitantes no início do século XIX avançaram para 450 milhões aproximadamente no início do século XX (BIASUTTI, LOSS e LOSS, 2003).

Klein (2000) relatou que a migração europeia se intensificou a partir de 1875, atingindo seu apogeu nas primeiras décadas do século XX. Entre 1881 e 1915, aproximadamente 31 milhões de imigrantes chegaram às Américas. No período anterior a 1880, os Estados Unidos era o principal polo receptor de imigrantes europeus, tendo recebido 70% desses imigrantes. Ainda de acordo com o autor, o Canadá recebeu aproximadamente 2,5 milhões, a Argentina, 4,2 milhões e o Brasil, 2,9 milhões de imigrantes. Esses números comprovam a importância do fluxo migratório nesse continente.

Santos (2010) destacou que no início do século XIX, a migração transatlântica proporcionou que um número considerável de europeus de origem camponesa se deslocasse para o Novo Mundo. Este fluxo migratório foi denominado de grande migração, no qual várias levas de imigrantes, tanto europeus quanto asiáticos, se deslocaram para o território americano. No processo migratório, deve-se salientar a política voltada para a colonização de terras públicas que começou a ser delineada antes da Independência. Até o ano de 1845, a migração era voltada para a colonização do território nacional. A entrada de imigrantes no Brasil iniciou-se a partir da abertura dos portos às nações amigas (1808)⁶ e da Independência do País (1822). Entretanto, destaca-se que entre os séculos XVI a XIX, milhões de africanos já haviam migrado forçadamente para o Brasil, constituindo a mão-de-obra escrava.

A entrada dos europeus no Brasil como forma de escape das problemáticas vigentes do século XIX no continente europeu, deve-se mencionar o vertiginoso crescimento da economia cafeeira em São Paulo, gerando capital para subsidiar a migração estrangeira e demais desdobramentos, tais como: a expansão da ferrovia, industrialização e urbanização, aliados às importantes reformas institucionais e políticas, nos quais solidificaram a migração para o Brasil em grande escala no século XIX (BASSANEZI, 1996).

A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL

Desde a criação do Reino da Itália, em 1861⁷, a relação de interesses políticos, sociais, e econômicos entre esse país e o Brasil sempre foi significativa para ambos os países. Destaca-se que desde o final do século XIX até a I Guerra Mundial, o destino escolhido pela maioria dos italianos era o Brasil, uma vez que o país buscava mão-de-obra principalmente para a lavoura de café, tendo em vista a ampliação do mercado para esse produto agrícola. Neste contexto, ocorreu a abolição da escravatura no ano de 1888, ou seja, o Brasil demandava imigrantes para o trabalho agricultor que estava em elevado crescimento (CERVO, 1990).

No caso do Brasil, embora parte do fluxo migratório tenha ocorrido de forma espontânea, a maioria dos imigrantes veio em função dos subsídios oferecidos. Tais subsídios procuravam atrair, sobretudo, trabalhadores para o café; neste caso, a ênfase recaía sobre os grupos familiares, que tornariam menos problemática a questão do controle do trabalho. Alternativamente, os imigrantes atraídos para o Brasil dirigiam-se para colônias de pequenos agricultores; novamente, o foco recaía sobre a família, entendida como unidade de produção que tornaria viável a exploração do lote agrícola.

⁶ Ano da vinda da família real portuguesa para o Brasil – Colônia.

⁷ A unificação do Estado italiano somente foi concluída em 1870, com a anexação das províncias de Roma e Veneza.

A imigração voltada para a cafeicultura procurou enfrentar o problema colocado pelo processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Confrontados com o fim iminente da instituição escravista e com a progressiva escassez de trabalhadores diante de uma realidade de expansão do cultivo do café, os produtores brasileiros iniciaram, a partir de meados do século XIX, experiências de atração de imigrantes e de incorporação desses trabalhadores à rotina das fazendas escravistas (BOTELHO, BRAGA e ANDRADE, 2007, p.3).

Dadalto (2009) ressalta que, ao emigrar, os italianos deixaram um país recém-unificado e pobre, destituído de uma identidade nacional. O contexto de mudanças, de fragilidade e de pobreza vivenciada ganhara tal proporção, que a saída de seu país de origem e o distanciamento da cultura, dos costumes e das crenças, perdia relevância frente à possibilidade de realizar uma vida nova em terras americanas.

No contexto da emigração em massa, a Itália estava conturbada pela alta taxa de miséria e doença, deve-se também considerar o processo da unificação como um fator contribuinte para a imigração dos italianos. A imigração era em sua maior parte realizada por famílias que tentavam solucionar os problemas enfrentados devido à desestruturação da Itália. A afirmação seguinte corrobora com os apontamentos “*a miséria foi a verdadeira causa da emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial*” (TRENTO, 1989, p.30).

É necessário destacar que a estabilidade das taxas de mortalidade por décadas associado às altas taxas de fecundidade provocou um exacerbado crescimento da população europeia. Esse crescimento forçou enormemente o setor agrícola da Europa, tornando necessário modificar alguns métodos de arrendamento, cultivo e produção (KLEIN, 2000; SEITENFUS, 1990).

Era no contexto acima descrito, que se dava o processo de decisão para muitos italianos: a unificação, a modernidade e a modernização, em que estavam transformando toda a sociedade. Cenni apud Dadalto (2009) destaca que o fato da Itália ser um país recém-unificado e ainda não ter fortalecido uma consciência de italianidade, facilitou a forte rede de informação dada por agentes da imigração brasileira, no intuito de propagar o vasto território a ser explorado. Sendo assim, o elevado aumento das emigrações foi iminente. Aliada a tudo isso, também estava à imaginação da exuberante paisagem brasileira, a fartura de alimentos para aqueles que viviam em um cenário de miséria, e o sonho de se tornarem proprietários de terras. Eram, sobretudo, os ideais de sobrevivência e autonomia que atraíam muitos dos italianos que imigraram para o Brasil na segunda metade do século XIX.

As massas populares abandonam a pátria quando não têm esperança e não descortinam um futuro próximo promissor. Quem deixa a pátria onde nasceu por causa da pobreza, da fome, das guerras e da miséria coletiva é porque foge do inferno, e procura encontrar o paraíso noutra lugar (BUSATO, 1990, p.242).

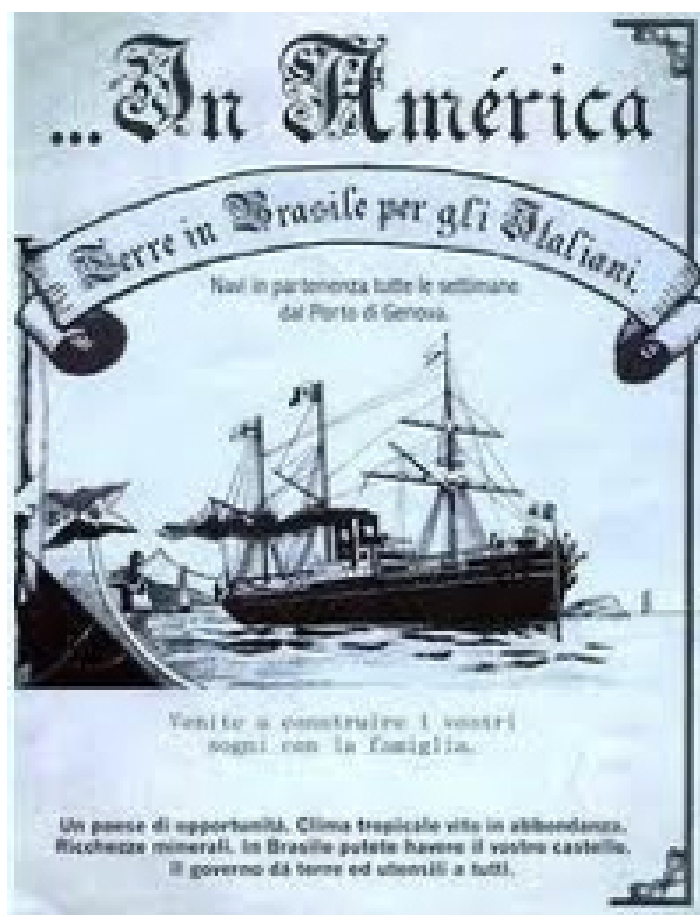
“Fazer a América”⁸ era o lema de quase todos os imigrantes que cruzaram o Oceano Atlântico. O termo era utilizado para expressar uma possibilidade de melhorar a condição de vida dos cidadãos europeus. A prioridade baseava-se em acumular poupanças com as quais esperavam usufruir posteriormente uma vida mais confortável em seu país de origem. A quase totalidade dos imigrantes aceitava qualquer tipo de trabalho oferecido, ainda que fossem de baixo status, pois proporcionavam melhores remunerações que as recebidas em seu continente (KLEIN, 2000).

Dadalto (2009) ressalta que o verbo fazer remete à ideia de ação diante de uma expectativa de realização histórica. Por isso, é possível destacar que foi atrás desse sonho que

⁸ Este termo é caracterizado na segunda metade do século XIX para designar o continente americano. Distinguindo dos emigrantes brasileiros no final do século XX que utilizam este termo para expressar o desejo de ser bem sucedido nos Estados Unidos.

milhares de europeus atravessaram o Atlântico em busca das inúmeras possibilidades de terras e riquezas.

A gravura abaixo é uma propaganda que objetivava promover e difundir a imigração italiana para o Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Nela se lê a frase, escrita em italiano: "Venham construir os seus sonhos com a família. Um país de oportunidade. Clima tropical e abundância. Riquezas minerais. No Brasil vocês poderão ter o seu castelo. O governo dá terras e utensílios a todos".



Disponível em: www.brasilnaitalia.net. Acesso em: 15/04/2012

Boni (1990) pondera que a imigração europeia significou muito para o Brasil, em termos de crescimento demográfico, desenvolvimento econômico, agrícola e industrial. Além de marcar a vida civil e política do país. Segundo este autor, sabe-se que no interior deste fenômeno, a presença italiana foi particularmente relevante, teve características próprias, e é possível notar que os imigrantes italianos não ficaram à parte da sociedade, eles se integraram e conquistaram o seu espaço.

Neste contexto, a contribuição dos imigrantes europeus foi altamente significativa para o desenvolvimento socioeconômico e a ressignificação das práticas culturais, valores e costumes no Brasil. Destaca-se também a contribuição dos italianos na constituição da sociedade mineira que é de grande relevância, sendo que a população de Minas Gerais é nitidamente visualizada em sua formação por descendentes italianos, os quais ajudaram no progresso do estado.

O fluxo migratório dos italianos para o Brasil prolongou-se intensamente por várias décadas, tendo perdurado em um grau elevado até aproximadamente a década de 1940.

Destaca-se que, nesta época, o Brasil era receptor de imigrantes de vários países, como alemães, austríacos, suíços, poloneses, japoneses e espanhóis, entre outros. Entretanto, o fluxo imigratório dos italianos era percentualmente maior. Esse contingente de imigrantes deixou marcas no Brasil nos aspectos individuais, sociais e culturais. O território brasileiro é marcado em várias localidades pela cultura italiana, seja em intensidade leve, moderada ou acentuada (BIASUTTI, LOSS E LOSS, 2003).

IMIGRAÇÃO ITALIANA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

A imigração europeia para o estado de Minas Gerais é insignificante quando comparada com a imigração para outros estados brasileiros, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo. Entretanto, a imigração italiana foi a que mais se destacou no estado mineiro.

A imigração europeia, em Minas Gerais, é caracterizada pelas peculiaridades da economia mineira. O deslocamento do trabalho escravo para o trabalho livre ocorreu no final do século XIX. A província mineira apresentou, durante esse século, a maior população livre e escrava do Brasil. Botelho, Braga e Andrade (2007) destacaram ainda Minas Gerais, por uma série de políticas públicas de imigração que tinham como objetivo, ampliar a colonização através da criação de núcleos de povoamento. Ressalta-se que é a partir da década de 1890, que se organiza melhor o serviço de recepção de imigrantes em Minas Gerais.

Segundo Anastásia (1990), o ano de 1896 é marcado pela fundação dos primeiros núcleos coloniais em Minas Gerais no período republicano. Já o ano de 1915 é caracterizado pela redução do fluxo imigratório em função dos problemas gerados pela Primeira Guerra Mundial. Ressalta-se que não há como separar, em Minas Gerais, o processo de colonização do processo de imigração, pois é através do exame dos núcleos coloniais que se verifica com mais eficácia o fluxo imigratório para o Estado.

Na década de 1920, Minas Gerais oferecia um magnífico campo para os imigrantes que buscavam estabelecer-se no estado. A imigração italiana oferecia:

Mais facilidade ao pronto suprimento de trabalhadores, que a nossa indústria reclama. De um lado, as condições do proletariado no país de origem, a corrente, já de longe estabelecida para a América do Sul, à qual abriram franco alvo a comunidade da raça e da religião e a semelhança da língua, tornam facilímo o aliciamento dos imigrantes (SOUZA, 1911, p.159 apud ANASTÁSIA, 1990, p.222).

Em Minas Gerais, o ápice da corrente imigratória aconteceu entre a década de 1880 até aproximadamente o início da década de 1900. Enfatiza-se que neste período a província mineira recebeu 52.582 imigrantes. O destino destes era, em sua maior parte, a cidade de Juiz de Fora. Alguns fatores justificam a predominância dos imigrantes nesta cidade, devendo ser destacada a construção da Rodovia União e Indústria, ligando a cidade de Juiz de Fora a cidade de Petrópolis – RJ, em meados de 1850, no qual prevaleciam imigrantes alemães. A abertura da rodovia configurou Juiz de Fora como o principal polo armazenador de café da Zona da Mata (PEREIRA, 2009).

Em meados do século XIX e princípio do século XX os fluxos imigratórios foram notórios em Minas Gerais, provavelmente devido à construção da cidade de Belo Horizonte e o crescimento da lavoura cafeeira nas regiões Sul e da Zona da Mata. Os imigrantes que chegavam a Minas Gerais tinha um perfil de imigração subsidiada – deslocavam-se do estado brasileiro no qual já residiam. Chama a atenção o predomínio da imigração familiar, o que

distingue esse fluxo imigratório dos demais, nos quais predomina a imigração de homens jovens (BOTELHO, BRAGA e ANDRADE, 2007; BASSANEZI, 1995).

O estado mineiro não tinha atributos de valores a oferecer para os imigrantes quando comparado aos outros estados brasileiros que recebiam uma parcela maior dessa população. Os imigrantes se concentraram principalmente nos municípios de Juiz de Fora, Belo Horizonte e na região mineradora – Ouro Preto, Mariana –, entre outras. Identificando que necessitava de povoar seu território, o governo de Minas iniciou a propagação para o povoamento em suas terras. Em grande parte, os imigrantes italianos que chegavam a Minas Gerais tinham como origem outros estados brasileiros, ou seja, já possuíam experiência migratória. Neste artigo daremos atenção especial, aos que migraram do Estado vizinho Espírito Santo para a mesorregião mineira do Vale do Rio Doce.

Biasutti, Loss e Loss (2003) enfatizaram que a exaurição das jazidas de ouro e das pedras preciosas proporcionou a irradiação da agricultura, da pecuária e da indústria que dinamizava a economia. A partir deste movimento, necessitou-se da mão-de-obra para os trabalhos que estavam em crescimento, mas destaca-se que o trabalho escravo que era predominante havia sido abolido, contudo, a solução para alcançar mão de obra estava focalizada nas províncias vizinhas, especialmente, o Espírito Santo. Neste estado, percebia-se nitidamente a imigração em escala elevada, a qual havia sido iniciada há duas décadas e com resultados satisfatórios.

Esse movimento migratório dos descendentes italianos vindos do estado do Espírito Santo para Minas Gerais está relacionado à construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, administrada pela Companhia Vale do Rio Doce⁹, que interliga Belo Horizonte a Vitória, capitais, respectivamente, dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Sendo assim, a movimentação de italianos que atuavam tanto na construção da estrada de ferro como na atividade agrícola nessa região mineira foram intensas, principalmente nos municípios de Aimorés, Resplendor, Conselheiro Pena, Governador Valadares¹⁰, Itabira, São Domingos do Prata e João Monlevade. Essas cidades hoje são pontos de referências no trajeto da viagem ferroviária entre Belo Horizonte e Vitória (BIASUTTI, LOSS, LOSS, 2003).

Porém, é possível perceber que os imigrantes italianos que se destinaram para a Microrregião de Aimorés, situada na Mesorregião mineira do Vale do Rio Doce, mais precisamente para os municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto, não tiveram participação na construção da linha férrea, pois eram pequenos agricultores ou colonos em terras de conterrâneos.

Na literatura é bastante ressaltado, o papel dos italianos na construção da cidade de Belo Horizonte. Assim sendo, destacam-se, atos significativos dos italianos em Belo Horizonte.

Na década de 1920, o município de Belo Horizonte presenciou a fundação do clube Palestra Itália¹¹, destinado a esporte e lazer, embora com ênfase no futebol. Ressalta-se, que a fundação foi por meio de imigrantes italianos que residiam nesse município, o que amplia a valorização destes no desenvolvimento da província mineira. Ainda hoje, observam-se as peculiaridades da cultura italiana na equipe. Recentemente, um dos uniformes da equipe registrou a marca italiana, representando a sua origem.

Já na década de 1940 funda-se o Hospital Felício Rocho, o qual proporciona a Belo Horizonte possuir uma das maiores instituições hospitalares da América Latina. Não se pode deixar de destacar o papel da presença italiana na indústria e no comércio mineiro que tem a marca indiscutível da presença italiana na grande Belo Horizonte, sendo o melhor exemplo a

⁹ Atualmente é denominada de VALE.

¹⁰ Na época, o município não havia sido criado, sendo conhecido pelo nome de Figueira do Rio Doce.

¹¹ Atualmente denominado de Cruzeiro Esporte Clube.

indústria FIAT, hoje umas das maiores montadoras de automóveis do Brasil (BIASUTTI, LOSS, LOSS, 2003).

A cidade polo do leste mineiro, Governador Valadares, também tem influências italianas. Destaca-se a obra de caridade da Paróquia de Santa Rita, que busca desenvolver mão-de-obra qualificada entre os jovens em situação de risco, e que foi criada por imigrantes italianos. Também é válido mencionar a fundação da Cidade dos Meninos, uma entidade filantrópica destinada a abrigar menores carentes (BIASUTTI, LOSS, LOSS, 2003).

Portanto, o indivíduo é constituído por heranças genéticas, por sua ontologia e por influências culturais. A província mineira, segundo Biasutti, Loss, Loss (2003), é registrada por uma identidade focada na mineração, e na religiosidade, originada pelos colonizadores portugueses. Neste sentido, verifica-se, que imigrantes europeus tiveram um papel fundamental na criação de entidades cristãs no território mineiro, caracterizando a influência cultural europeia, em especial, a italiana, nessa província.

Deve ser ressaltada a restrição de material bibliográfico a respeito do fenômeno da imigração italiana em Minas Gerais o que dificulta o aprofundamento sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Biasutti, Loss e Loss (2003) a imigração italiana no Brasil assumiu um papel relevante a partir da década de 1870, época simultânea a promulgação das leis contra a escravidão. Desta forma, o Império brasileiro buscou os italianos como mão-de-obra que estava demandando no país. A partir do último quartel do século XIX, o Brasil recebeu levas maciças de imigrantes italianos pela facilidade disponibilizada pelo Império Brasileiro, tais como: alimentação, terras, diárias, ferramentas, entre outros.

Os séculos XIX e XX marcaram expressivamente o processo migratório para o Brasil. Como apresentado nas seções desse estudo, os imigrantes europeus visualizavam o Novo Mundo como uma forma de escape de um continente em crise e miséria. A imigração italiana foi intrinsecamente relevante, tendo influenciado a cultura nacional, bem como, a cultura da província mineira.

A partir da explanação teórica enfatizada neste trabalho, uma questão que instiga veemente é: Por que as pessoas migram? Será que o imigrante deseja abandonar sua casa, ou, sua comunidade? Por uma questão de escolha, uma parcela elevada desses imigrantes optaria em permanecer em seu país de origem, exceto os que buscam mudanças e/ou aventuras. A determinação da migração, portanto, inicia-se a partir da identificação da impossibilidade de sobreviver pelos meios tradicionais em sua comunidade de origem (KLEIN, 2000).

Entrelaçando com o contexto descrito acima, vale destacar, que a condição econômica configurou o fator de expulsão mais significativo no processo de imigração. Os imigrantes europeus buscaram trabalho e uma melhor condição de vida, já que seu continente estava passando por crises em função do contingente populacional elevado e a quantidade limitada de trabalho oferecida para toda essa população (KLEIN, 2000).

Entretanto, considera-se, que a presença europeia é pertinente quando se aborda a configuração do processo migratório nas Américas e no Brasil. O desenvolvimento socioeconômico, o crescimento populacional, as transformações ocasionadas pela influência das práticas culturais, bem como, a mão-de-obra fornecida pelos imigrantes europeus, caracterizou a relevância desse fluxo. Para concluir, não pode deixar de ratificar, o papel essencial dos imigrantes italianos no Brasil, em especial, no estado de Minas Gerais, o qual este estudo se propôs a discutir sistematicamente.

REFERÊNCIAS

- ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais. In: BONI, Luis A. De (Org.). *A presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p.219-227.
- BAENINGER, Rosa; ANTICO, Cláudia. Questões decorrentes da emergência da migração internacional no Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). *Migrações Internacionais Heranças XX Agenda XXI*. Campinas: FUNAP, v.2, 1996, p. 259-268.
- BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, v.1, 1996, p. 3-35.
- BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo; LOSS, Everaldo, H. Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais. Belo Horizonte: 2003. 504 p.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristina Viegas de. A Imigração em Minas Gerais no final do século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.27, n°54, p.1-22, 2007.
- BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. In: BONI, Luis A. De (Org.). *A presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 241-259.
- CERVO, Amado Luiz. As relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália desde 1861. In: BONI, Luis A. De (Org.). *A presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p.21-34.
- DADALTO, Maria Cristina. *A imigração Tece a Cidade – polo industrial de Colatina*. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009. 140 p.
- KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p.13-31.
- MARANDOLA, Eduardo Jr. DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. v. 27, n. 2. Rio de Janeiro, p. 407-424, jul./dez. 2010.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. Imigração italiana e o desenvolvimento em Minas Gerais. *Revista da Imigração Italiana em Minas Gerais*. 2009. Disponível em: http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/a_revista.html. Acesso em: 10/03/2012.
- SANTOS, Miriam de Oliveira. Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil. In: FERREIRA, Ademir Pacelli; VAINER, Carlos; NETO, Helion Póvoa; SANTOS, Miriam de Oliveira. *A experiência migrante: entre deslocamento e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.99-101.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. As relações entre Brasil e Itália no período 1918-1939. In: BONI, Luis A. De (Org.). *A presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p.37-52.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989. 299p.